

	CURSO DE DIREITO			NOTA FINAL
	Aluno:			
	Componente Curricular: Teoria Geral do Direito			
	Professor (es): Alan Martins			
	Período: 202401	Turma:	Data: 01/04/2024	

Avaliação Bimestral - N1

RELATÓRIO DE DEVOLUTIVA DE PROVA PROVA 14338 - CADERNO 001

1ª QUESTÃO

Código da questão:	145360
Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Unidade de avaliação:	Nota 1

Enunciado:

Na defesa de seu cliente em um processo penal específico, um advogado criminalista chega à conclusão de que precisa se valer de uma tese totalmente fundamentada nas normas veiculadas no texto em vigor do Código Penal Brasileiro. Além disso, para que a linha de defesa, totalmente baseada na letra da lei, seja bem sucedida, ele necessita convencer o juiz de que, no momento de proferir a sentença de julgamento do réu, não deverá levar em consideração a doutrina e a jurisprudência .

Considerando essas informações, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I - Para ter sucesso nesse processo, o advogado deverá elaborar uma defesa, eminentemente, dogmática.

PORQUE

II - A Ciência do Direito tem como seu objeto de estudo, única e exclusivamente, as normas jurídicas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta

Alternativas: (alternativa A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira. (alternativa B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I. (alternativa C) As asserções I e II são proposições falsas. (alternativa D) (CORRETA) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa. (alternativa E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.	
Grau de dificuldade:	Baixa complexidade
Resposta comentada: A primeira asserção é verdadeira, porque a Dogmática Jurídica tem por objeto de estudo o Direito Positivo, que corresponde ao conjunto de normas jurídicas vigentes em determinado local e determinada época. Logo, se o advogado concluiu que deverá defender o seu cliente apenas com base no texto em vigor do Códgo Penal e convencer o juiz a não consierar doutrina e jurisprudência, sua defesa será iminentemente dogmática. Já a segunda asserção é falsa, uma vez que o objeto de estudo da Ciência do Direito abrange o fenômeno jurídico em geral.	
Feedback: --	
Filtros da questão:	[Objetivo de aprendizagem] - Explicar e exemplificar as escolas e teorias do pensamento jurídico, com destaque para a Teoria Geral do Direito, bem como distinguir Ciência do Direito e Dogmática Jurídica. [Referências Básicas e Complementares] - NUNES, R Manual de Introdução ao Estudo do Direito 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <Biblioteca Digital Saraiva>. Acesso em: 29set2023. [Conteúdo Programático] - Definição de direito: o direito e a ciência do direito
2ª QUESTÃO	
Código da questão:	145448

Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Unidade de avaliação:	Nota 1
Enunciado: Considere o seguinte texto: "Há a esperança de que a Súmula 370, do Superior Tribunal de Justiça, que afirma haver dano moral quando um cheque pré-datado é depositado antes do combinado, elimine — ou pelo menos, reduza — a quantidade de recursos que chega ao STJ sobre o assunto. A jurisprudência consolidada, no entanto, não muda a chamada Lei do Cheque e também não tem efeito vinculante. Na prática, as instâncias inferiores podem continuar julgando como quiserem. E não há, nas instâncias ordinárias, um entendimento consolidado. No fim de janeiro, a 14ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo indeferiu um recurso de um homem que pagou R\$ 680 pelo parto da mulher com dois cheques, um deles pré-datado." CRISTO, A. Súmula sobre cheque não deve colocar fim a disputas. Consultor Jurídico, 2009. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2009-fev-22/sumula-stj-reconhece-cheque-pre-datado-nao-acabar-disputas/. Acesso em: 10.mar.2024. A advogada Marina precisa ajuizar uma ação de indenização por danos morais, porque foi contratada por uma empresa que teve o seu cheque pré-datado apresentado por um fornecedor antes da data combinada entre as partes. Realizando pesquisas para elaborar a petição inicial da ação, Marina se deparou com o texto apresentado. Diante desse cenário, analise os itens a seguir: I - Marina poderá se valer da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, fonte secundária do Direito abordada mais de um vez no texto apresentado. II - A citação que o texto faz à Lei do Cheque refere-se a uma fonte secundária do Direito, que a advogada poderá usar para fundamentar a sua petição inicial. III - Marina poderá defender que o cheque pré-datado é um costume, fonte secundária do Direito, para reforçar os fundamentos legais do seu pedido. Tendo-se em vista as fontes do Direito no sistema jurídico brasileiro, de filiação romano-germânica, está correto apenas o que se afirma em:	

Alternativas: (alternativa A) I e II. (alternativa B) II e III. (alternativa C) (CORRETA) I e III. (alternativa D) I. (alternativa E) II.

Grau de dificuldade:	Média complexidade
-----------------------------	--------------------

Resposta comentada: Item I - Correto, porque a jurisprudência é, de fato, uma fonte secundária do Direito que a advogada poderá invocar, Inclusive, também, realmente, foi citada mais de uma vez no texto apresentado, mais especificamente na citação da súmula de jurisprudência do STJ, na referência aos julgamentos das instâncias inferiores e na menção a uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo. Item II - Errado, pois, embora possa ser utilizada pela advogada para fundamentar a sua petição inicial, no sistema romano-germânico, a lei é a fonte primária do Direito, e não uma fonte secundária. Item III - Correto, pois, de fato, no sistema romano-germânico, o costume é uma fonte secundária do direito e poderá ser usado pela advogada para fundamentar o seu pedido.
--

Feedback: --

Filtros da questão:	[Objetivo de aprendizagem] - Identificar as fontes do direito em casos concretos apresentados. [Referências Básicas e Complementares] - NUNES, R Manual de Introdução ao Estudo do Direito 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <Biblioteca Digital Saraiva>. Acesso em: 29set2023. [Conteúdo Programático] - Fontes do direito
----------------------------	--

3ª QUESTÃO	
Código da questão:	145489
Tipo da questão:	Discursiva

Unidade de avaliação:	Nota 1
Enunciado: Sobre os conceitos de norma primária e norma secundária, leia o texto a seguir: Maria Helena DINIZ destaca que Hans KELSEN, na primeira edição da Teoria Pura do Direito, define a norma como um duplo juízo hipotético, distinguindo entre norma primária e norma secundária, com ênfase para a sanção, considerada como elemento central e específico da norma. Assim, a norma primária é a que impõe uma sanção para a conduta ilícita e secundária aquela que, por derivação, explicita o conteúdo da primeira. Todavia, para o mestre da Escola de Viena, estas normas não possuem a mesma gradação hierárquica, e somente a norma primária detém autêntico valor ontológico, sendo esta a verdadeira norma. SOARES, E. A norma jurídica em Kelsen. Brasil: Jus.com. Disponível em https://jus.com.br/artigos/3269/a-norma-juridica-em-kelsen. Acesso em 16 mar 2023. Marcos é Procurador do Município de Guaporé, cidade em que o Prefeito decidiu enviar um projeto de lei à Câmara Municipal para regular o horário em que são permitidas festas do estilo pancadões nas ruas públicas. Demandado pelo Prefeito Municipal, o procurador Marcos ficou incumbido de redigir o projeto de lei, que contará com dois únicos artigos, quais sejam: Artigo 1º - norma secundária Artigo 2º - norma primária Sabendo que a intenção do Prefeito é permitir os chamados pancadões apenas aos sábados e até o horário máximo de 22h00, bem como impor uma multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) aos organizadores das festas que ultrapassem esse horário, elabore e escreva os textos do artigo 1º e do artigo 2º do projeto de lei municipal a ser enviado para a Câmara de Guaporé.	
Alternativas: --	
Grau de dificuldade:	Alta complexidade
Resposta comentada: Modelo exemplificativo de resposta: Artigo 1º - É permitida a realização de festas do estilo "pancadões", em quaisquer ruas públicas da cidade, apenas aos sábados e desde que os eventos não ultrapassem o horário de 22h00. Artigo 2º - A realização de festas em outros dias da semana ou que ultrapassem o limite de horário estabelecido no artigo anterior sujeitará os seus organizadores ao pagamento de uma multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).	
Feedback: --	

Filtros da questão:	[Objetivo de aprendizagem] • Elaborar textos de normas jurídicas a partir do conhecimento da estrutura normativa. [Referências Básicas e Complementares] • DINIZ, M. H. Compêndio de introdução à ciência do direito 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2022. Disponível em: <Biblioteca Digital Saraiva>. Acesso em: 29set2023. [Conteúdo Programático] • Direito e norma jurídica
----------------------------	---

4ª QUESTÃO	
Código da questão:	145549
Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Unidade de avaliação:	Nota 1

Enunciado:

Considere as seguintes normas e crimes tipificados no Código Penal:

Art. 70 - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis...

Calúnia

Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Difamação

Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Injúria

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

Abandono de incapaz

“Art. 133 - Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:

Pena - detenção, de seis meses a três anos”.

BRASIL. Decreto-lei 2.848 - Código Penal, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10.mar.2024.

Após um longo e desgastante processo litigioso, a médica Andressa conseguiu o divórcio de seu ex-marido Paulo, obtendo, ainda, a guarda do filho Enzo, de 5 anos de idade. Em uma tarde de Domingo, precisando atender a uma emergência no hospital, Andressa deixou o filho incapaz com a sua vizinha Priscila, uma amiga de infância e pessoa de sua extrema confiança, com quem, durante a constância do casamento com Paulo, o casal sempre deixava a criança em momentos de necessidade. Tomando conhecimento do fato, Paulo registrou um Boletim de Ocorrência Policial, declarando que a ex-esposa teria deixado o filho com uma vizinha qualquer e que, portanto, seria uma mãe extremamente relapsa ao abandonar o filho, que estava sob os seus cuidados e era incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono na casa de uma pessoa totalmente estranha.

Considerando-se o direito objetivo apresentado, aplique a norma adequada ao caso concreto e assinale a alternativa correta

Alternativas:
(alternativa A)

A médica Andressa cometeu o crime de abandono de incapaz e está sujeita à pena de detenção de 6 meses a 3 anos.

(alternativa B)

O ex-marido Paulo está sujeito à pena de 1 a 6 meses de detenção, e multa, pela prática do crime de difamação.

(alternativa C)

Não houve a prática de nenhum crime, seja por parte da médica Andressa, seja por parte do seu ex-marido Paulo.

(alternativa D)

O ex-marido Paulo está sujeito à pena de 3 meses a 1 ano de detenção, e multa, pela prática do crime de injúria.

(alternativa E) (CORRETA)

O ex-marido Paulo está sujeito à pena de 6 meses a 2 anos de detenção, e multa, pela prática do crime de calúnia.

Grau de dificuldade:	Média complexidade
-----------------------------	--------------------

Resposta comentada:

Considerando-se que o ex-marido Paulo imputou à médica Andressa, falsamente, fato definido como crime de abandono de incapaz, ele praticou o crime de calúnia, sujeito à pena de 6 meses a 2 anos de detenção e multa. Mesmo que a ação criminosa também pudesse configurar crime de injúria ou difamação, considerando-se que, nos termos do artigo 70 do Código Penal, quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis, ainda assim, ele ficará sujeito somente à pena pelo crime de calúnia. Andressa não praticou nenhum crime, porque deixou o filho com uma pessoa de extrema confiança e era mentira que ela teria abandonado o filho, sem condições de se defender, com uma pessoa totalmente estranha.

Feedback:

--

Filtros da questão:	[Objetivo de aprendizagem] • Interpretar e aplicar normas de direito objetivo e demonstrar os direitos e deveres subjetivos decorrentes. [Referências Básicas e Complementares] • NUNES, R Manual de Introdução ao Estudo do Direito 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <Biblioteca Digital Saraiva>. Acesso em: 29set2023. [Conteúdo Programático] • Interpretação e aplicação do direito
----------------------------	---

5ª QUESTÃO

Código da questão:	145508
Tipo da questão:	Múltipla Escolha
Unidade de avaliação:	Nota 1
Enunciado: Considere o que dispõe o artigo 927 do Código Civil: "Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo". BRASIL. Lei 10.406 - Código Civil , 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm . Acesso em: 10.mar.2024. Alice, respeitando todas as normas da legislação de trânsito, conduzia o seu automóvel por uma via pública, quando teve o veículo abalroado pelo carro de outro motorista, que estava em alta velocidade e não observou a cor vermelha do semáforo. Tendo em vista que o causador do dano não possuía seguro de terceiros e não aceitou pagar pelo conserto do veículo danificado, Alice contratou o advogado André Luiz para promover a competente ação de indenização por ato ilícito. Diante desse cenário, aplique o artigo 927 do Código Civil e assinale a alternativa correta:	
Alternativas: (alternativa A) O direito objetivo de Alice obter a reparação do dano poderá ser alegado pelo advogado André Luiz na petição inicial da ação. (alternativa B) Constitui direito subjetivo do causador do dano promover a reparação do dano provocado no automóvel conduzido por Alice. (alternativa C) Constitui dever objetivo do causador do dano promover a reparação do dano provocado no automóvel conduzido por Alice. (alternativa D) (CORRETA) O advogado André Luiz poderá pleitear ao juiz a aplicação da norma de direito objetivo veiculada no artigo 927 do Código Civil. (alternativa E) O dever subjetivo de Alice obter a reparação do dano poderá ser alegado pelo advogado André Luiz na petição inicial da ação.	
Grau de dificuldade:	Média complexidade
Resposta comentada: A aplicação da norma de direito objetivo do artigo 927 do Código Civil confere o direito subjetivo a Alice de obter a reparação do dano e o causador do dano tem o dever subjetivo de promover essa reparação.	
Feedback: --	

Filtros da questão:	[Objetivo de aprendizagem] • Interpretar e aplicar normas de direito objetivo e demonstrar os direitos e deveres subjetivos decorrentes. [Referências Básicas e Complementares] • NUNES, R Manual de Introdução ao Estudo do Direito 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <Biblioteca Digital Saraiva>. Acesso em: 29set2023. [Conteúdo Programático] • Interpretação e aplicação do direito
----------------------------	---

6ª QUESTÃO

Código da questão:	145443
Tipo da questão:	Discursiva
Unidade de avaliação:	Nota 1

Enunciado:

Leia com atenção a seguinte frase do jurista Miguel Reale sobre a Teoria Tridimensional do Direito:

” O Direito é uma integração normativa de fatos segundo valores”

Reale, M. **Lições preliminares de direito**. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 97. Disponível em: <Biblioteca Digital Saraiva>. Acesso em: 10.mar.2024.

A venda de bebidas alcoólicas é proibida nos estádios de futebol do estado de São Paulo durante partidas de futebol, desde 1996, pela Lei Estadual nº 9.470. Isso ocorreu após inúmeros episódios de brigas generalizadas entre torcidas organizadas, em que vários integrantes alcoolizados se envolveram, resultando, inclusive, em mortes nas dependências e arredores de estádios da capital paulista. Embora seja comprovado cientificamente que a ingestão de álcool pode potencializar instintos violentos, uma associação ingressou com ação direta de inconstitucionalidade em face da referida lei.

Considerando-se que caberá à Procuradoria Geral do Estado, além de defender a constitucionalidade Lei Estadual nº 9.470, argumentar pela sua importância ética, social e jurídica, visando à estruturação dos argumentos, identifique:

- a) a norma que essa lei veicula.
- b) a que fato essa norma se aplica.
- c) o valor tutelado por essa legislação.

Alternativas:

--

Grau de dificuldade:	Baixa complexidade
-----------------------------	--------------------

Resposta comentada:

A norma veiculada na Lei Estadual nº 9.470 é a proibição da venda de bebidas alcoólicas em estádios de futebol. Ela se aplica à realização de partidas de futebol e tem por valores tutelados a segurança e a integridade das pessoas.

Feedback:

--

Filtros da questão:	[Objetivo de aprendizagem] • Explicar e exemplificar as escolas e teorias do pensamento jurídico, com destaque para a Teoria Geral do Direito, bem como distinguir Ciência do Direito e Dogmática Jurídica. [Referências Básicas e Complementares] • Reale, Miguel Lições preliminares de direito 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. . Disponível em: <Biblioteca Digital Saraiva>. Acesso em: 29set2023. [Conteúdo Programático] • Direito e história-direito e valor- direito e moral
----------------------------	--